

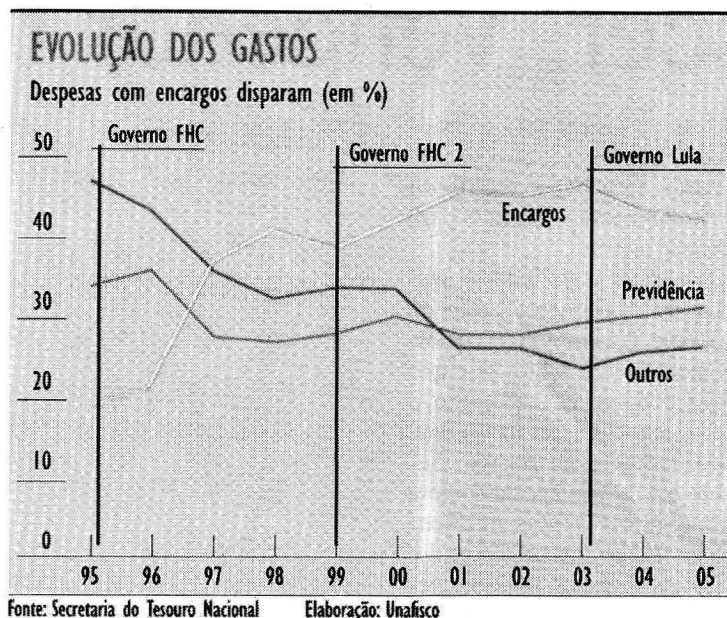
Gasto com juro é gordura para cortar

Unafisco revela que despesa aumentou de 18,75% em 1995 para 42,45% do orçamento em 2005

SIMONE CAVALCANTI
SÃO PAULO

A proporção dos recursos do Orçamento destinados ao pagamento de encargos especiais (soma de juros da dívida pública com transferências a estados e municípios e outras despesas financeiras do governo) disparou nos últimos 11 anos. Em 1995, quando essa rubrica incluía despesas com administração pública, o percentual era de 18,75%. Uma década depois, a participação chegou a 42,45%.

Levantamento "Execução Orçamentária do Brasil: de FHC a Lula" com base nos relatórios do Tesouro Nacional foi apresentado ontem pelos representantes do Sindicato dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Unafisco Sindical) de São Paulo. Segundo Silvana Mendes Campos, diretora da Comunicação da entidade, no momento em que se discute corte e melhor gerenciamento dos gastos públicos, a "gordura" a ser extirpada está do lado dos juros da dívida, e, não,



da Previdência Social. Isso porque, disse, a parcela do Orçamento destinada para honrar as contas previdenciárias e de assistência social recuou de 34,05% para 31,56% no período analisado, tendo chegado a 26,75% em 1998.

O estudo, que aponta em R\$ 4 trilhões o total recursos públicos gastos nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso e três anos de mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, foi encaminhado aos coordenadores das campanhas de Lula e de Geraldo Alckmin (PSDB).

Os integrantes do Unafisco

defenderam que seja feita uma auditoria na dívida pública federal. De acordo com Silvana, a possibilidade de auditoria consta da Constituição Federal. "Como em toda auditoria podem haver irregularidades e, ao serem encontradas, é possível termos uma baixa significativa do principal da dívida", disse ela ao lembrar que em 1931 foi a última vez em que essas contas foram auditadas.

CÃO SEM DONO

Naquele ano, disse a diretora, foi verificado que 40% do montante era irregular, ou seja, já ha-

via sido pago ou nem mesmo existia. Além da auditoria, Marcelo Cota Guimarães, auditor-fiscal da Receita Federal, defendeu a redução da taxa Selic como mais uma estratégia para baixar o custo dos encargos: O juro básico ainda incide sobre 44,79% do total da dívida pública mobiliária federal interna, como divulgou ontem o Tesouro (leia mais na página B-1).

"É possível cortar a dívida por uma ponta que é a Selic. Concordo que tem de ser aos poucos, mas, não, tão aos poucos como está sendo feito", afirmou Guimarães para quem a taxa já deveria estar em 11% ao ano — cálculo a que chegou considerando os patamares atuais de risco-país, dos Treasuries norte-americanos e da inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Afirmando que votará nulo no segundo turno das eleições, Guimarães fez coro com Silvana para defender o controle na entrada de capitais no País, coincidentemente a mesma proposta do economista Yoshiaki Nakano, assessor econômico de Alckmin. "Isso também está na Constituição e não é cumprido. Com o controle, como faz o Chile, haveria redução do capital especulativo e ficaríamos menos vulneráveis no caso de crises."